

Estudo técnico condena obra do metrô

Carolina Nogueira

Da equipe do **Correio**

A Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal levou dois meses para investigar as contas da obra do metrô do Distrito Federal. Na última quinta-feira, o relator da Subcomissão que analisou o assunto, senador Wellington Roberto (PTB-PB), finalizou os trabalhos e aprovou a

obra. Em seu relatório, afirmou que não foram encontradas "graves irregularidades" e recomendou até a continuidade do repasse de verbas federais para o metrô. Mas a decisão política contraria a análise dos técnicos que vinham estudando documentos sobre a obra desde agosto.

A nota técnica 0057/2001, elaborada pela Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Contro-

le do Senado Federal com base em auditorias realizadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU), sugere exatamente o contrário da decisão do relator.

O documento afirma que "é frágil o controle e planejamento das obras do metrô", "há deficiências graves na fiscalização e no controle da obra" e "existem indícios de que o projeto para construção do metrô seria alte-

rado depois da licitação e as empresas vencedoras tinham conhecimento prévio disso." Com base nisso, a nota recomenda que as investigações da Subcomissão fossem continuadas e ampliadas.

Entre as sugestões apresentadas pelos técnicos, que não foram acatadas pela Subcomissão, está a realização de uma avaliação do real valor da parte já exe-

cutada do empreendimento. Com o procedimento — que é um orçamento às avessas, realizado depois dos gastos feitos —, seria possível detectar se houve superfaturamento nos gastos da obra. Foi com esse instrumento que a CPI do Judiciário descobriu que a obra do TRT paulista deveria ter custado um terço do preço que foi pago pelos cofres públicos.

Decisão política

O senador Wellington Roberto negou conhecer a nota técnica, apesar de ter sido elaborada a seu pedido e encaminhada a ele e a todos os senadores da Comissão de Fiscalização e Controle no final do mês passado. "Não tomei conhecimento desse documento, mas acho que paralisar as obras seria um prejuízo muito grande para a população do DF e Entorno", afirmou.

O parlamentar completou que encaminhará as recomendações ao Tribunal de Contas da União (TCU), que continuará acompanhando a obra. O TCU é a fonte de todas as informações usadas pelos técnicos para apontar as irregularidades. Apesar disso, o Tribunal jamais aplicou qualquer punição aos responsáveis pelo empreendimento.